

**“Até parece um céu no chão”. O reverso da representação poética:  
condições de vida na favela da Rocinha no Rio de Janeiro (1930-1990)  
Silvio de Almeida Carvalho Filho (UERJ/UFRJ)<sup>1</sup>**

Como as identidades estão freqüentemente associadas a objetos e a lugares sociais, o tipo e o local de habitação é a qualidade primeira que caracterizava o habitante da Rocinha, a maior favela latino-americana: a morada precária e, mormente, ilegal. O trabalhador manual, pobre, migrante e recém-chegado ao Rio de Janeiro, que mal conseguia recursos suficientes para reproduzir a sua força de trabalho, encontrava enormes dificuldades para lograr um sítio para construir o seu casebre, restando-lhe apenas o morro, ou quem lá sabe algum terreno baldio, cujo proprietário não reclamasse a posse. O péssimo estado das moradias exprimia as precárias condições da reprodução da força de trabalho de milhares de pessoas.<sup>2</sup>

Desde os primórdios da favela, o morador da Rocinha, antes mesmo da intensificação da política de remoções, na década de 1960, temia as constantes ameaças das retiradas individuais ou coletivas, realizadas pelas autoridades municipais e estaduais, em nome da legalidade, da saúde, da segurança ou da moralidade pública. Os guardas, policiadores do chão onde a favela relutantemente se estabelecia, sempre estavam a “arrancar os paus” sustentadores dos barracos, sendo muitos, no começo, derrubados.<sup>3</sup>

Ante tais impedimentos, os pobres elaboraram suas táticas para burlar a repressão contra a construção de seus barracos. Alguns recorriam aos mais poderosos para ultrapassarem a barreira legal. Moradora desde a década de 1940, na Rocinha, Alda Botelho, recorrendo a autoridade de um tal Dr. João, policial do Primeiro Distrito, próximo ao *Jockey Club* do Rio de Janeiro, para o qual lava roupas, impediu a interceptação pelos guardas do caminhão transportador da madeira para erguer o seu casebre. “Na época de Getúlio”, ou seja, nesta extensa temporalidade do depoimento oral ou, mais especificamente, na década de 1940, o feirante Jonas Januário da Silva, antigo morador da Rocinha, assegurava haver um decreto da Presidência que vedara a derrubada de barraco em que habitasse criança. Todavia, Bernardino Francisco de Souza certificava que deveria haver uma família. A dissensão entre os depoimentos, talvez, signifique uma questão de metonímia. Na verdade, o consensual era que os novos favelados, apressadamente, erguiam suas toscas habitações, primordialmente à noite e nos finais de semana, quando a guarda folgava, e imediatamente colocavam dentro uma criança, segundo

uns, ou uma família, segundo outros, mesmo que emprestada de algum amigo, garantindo assim a não demolição do casebre pela polícia. Para Bernardino, quem fosse morar sozinho e não conseguisse família postíça, tinha de ter pelos menos móveis para evitar a demolição. Alda Botelho assevera que até um visto de saúde pública, colado atrás da porta, constituía numa garantia quanto à sua não destruição. Enfim, para evitar a derrubada, era necessário que o tugúrio fosse mobiliado e habitado. Descobriam, também, que, muitas vezes, os guardas “faziam ‘vista grossa’, mediante recompensa em dinheiro”. Em suma, os futuros ilegais ocupantes da terra da Rocinha utilizavam-se de todas as táticas para conseguir um teto. Caso contrário, chegava um caminhão cheio de guardas armados de pés-de-cabra, marretas, foices e machados para dismantelar o barraco. Esta repressão, na verdade, achava-se amparada pelo Código de Obras de 1937 da Prefeitura do Distrito Federal, que proibia a construção de novas casas em áreas de ocupação ilegal ou de qualquer melhoria nas já aí existentes.<sup>4</sup>

Desde a década de 1940, o governo federal e a prefeitura tentavam estorvar que os barracos de madeira se tornassem de alvenaria, visando com isso impedir que a ocupação ilegal pudesse instalar-se mais solidamente. Se houvesse infração a essa resolução, a polícia sentia-se no direito de destruir a nova vivenda. No entanto, apesar das proibições e derrubadas, as casas de alvenaria gradativamente impuseram-se. Alguns, para burlar, edificaram cômodos com paredes de tijolos sob a de tábuas.<sup>5</sup>

No entanto, com o passar do tempo, a ocupação se intensificou: “Anoitecia. No outro dia, amanheciam quatro, cinco barracos”. Passou-se, gradativamente, a disputar, palmo a palmo, qualquer nesga de chão humanamente desocupado. Essas contendias surgiram, com mais intensidade, desde fins da década de 1960 com o advento cada vez mais crescente de recém-chegados, inclusive, do Nordeste do Brasil. Com o avolumar de novos ocupantes, qualquer quintal, onde um mais antigo morador criasse galinhas, porcos, alguns cabritos a devorar as sebes ou, quiçá, colocasse um varal mais extenso para secar roupas, encontrava-se potencialmente ameaçado. Quando um terreno era invadido para a edificação de mais uma palhota e o seu dono não se arriscava utilizar a própria força bruta em defesa de sua posse, recorria-se ao poder de polícia do Estado que lá vinha tentar conciliar as partes.<sup>6</sup> Mas, na maioria

das vezes, aceitava-se as perdas de forma mais tácita e consensual. A briga era a exceção que confirmava a regra de solidariedade com o outrem que ainda não tinha teto.

Muitos favelados, ao juntarem algum dinheiro, logravam comprar ou erguer barracos para alugarem, obtendo uma renda extra, além dos parcos salários e pensões. Fenômeno esse que com o tempo espalhou-se: cada vez mais na Rocinha, muitos viviam de arrendamento, cada dia mais caro, pelo fato de ser uma favela próxima à nobre região da cidade em impetuosa expansão. Assim, em vez de se apossar de uma nesga de terreno para construir um barraco, chegou-se na favela, já na década de 1940, pagando locação. Preferiam, não podendo pagar aluguel nos bairros da Zona Sul, fazê-lo em uma favela, já que, desse modo, conseguiam se situar próximo aos sítios de trabalho.<sup>7</sup>

Até meados do século XX, ser favelado na Rocinha era ser visto como um morador de um barraco de tábuas, coberto com telha de papelão pichado. Contudo, já na década de 1960, os principais imóveis situados ao longo da Estrada da Gávea, eram em sua maioria casas, havendo alguns prédios de dois andares de alvenaria, bem conservados. Por volta da década de 1970, o resto da favela já exibia impudentemente suas entranhas de tijolos, regurgitando, às vezes, uma touceira de canos d'água salientes, numa feição sempre inacabada. Em 1969, Parisse, ainda vendo a favela primordialmente como um problema habitacional, reclamava que, desde a década de 1940, demandava-se em vão pela construção de casas populares para o favelado.<sup>8</sup> Todavia, hoje, dar casa digna aos favelados é uma apenas uma parte da solução da questão social, pois qualquer conjunto habitacional ou bairro social, construídos com esse fito, favelizar-se-ão caso políticas de redistribuição de rendas e geração de empregos não atinjam a população beneficiada.

A “história do morro”, ressaltava um habitante da Rocinha, “é igual [...] torcer uma roupa quando sai da bica. Um lenço cheio de lágrimas”.<sup>9</sup> Apesar de tanto amargor, revelador do alto grau de vulnerabilidade, residir nesse espaço discriminado constituía-se num refrigério, pois se não adentraram no paraíso, pelo menos, estavam num purgatório, frente ao inferno anteriormente experimentado, um alto grau de desvinculação social. Vários, antes de viverem na favela, conheceram a carência alimentar, de vestimenta e de mobiliário, sintomas do estágio de desvinculação social. Outros mal conseguiam adquirir roupas, vivendo de doações, mas, muitas vezes, nem essas havia. Tal era a penúria que alguns chegaram à favela, famintos, apenas com a

roupa do corpo e outros pequenos trapos, outros trabalharam apenas a troco de comida. Deduzimos as decorrências psicossomáticas da fome endêmica para os futuros moradores da favela: os sofrimentos inenarráveis, a humilhação social, as dificuldades no desenvolvimento físico e mental de suas crianças, assim como a baixa imunidade física, atributos constantemente presentes nos desvinculados sociais.<sup>10</sup> A lavadeira Severina da Silva Nascimento, por exemplo, na década de 1970, antes de morar na Rocinha, juntamente com dois filhos, habitara em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde “se [...] comesse de manhã, de tarde não comia”. Sofrera “tanto neste Rio de Janeiro”, vivendo humilhada e explorada na casa dos outros, que pensara em matar a si e a seus filhos, ateando fogo às vestes embebidas em querosene<sup>11</sup>: a morte vista, assim, como menos cruel que a desvinculação social.

No espaço da Rocinha, discriminado pelos órgãos públicos, o acesso à água encanada era caro, ineficiente ou inexistente.<sup>12</sup> Assim, desde a década de 1930, apanhava-se água, provinda de nascentes nas encostas do morro, nos tanques com bicas coletivas. Obter água significava ficar numa fila, para apanhá-la em grandes latas de dezesseis litros, alimentando os latões de duzentos litros, antigos recipientes de querosene, tornados reservatórios d'água de cada barraco. Certos homens da “comunidade”, sendo fortes e estando desempregados, eram contratados, por trocados, para encher esses recipientes domésticos. Vários favelados, para facilitar o acesso ao precioso líquido, abriram poços ou construíram, dependendo do fácil acesso de suas moradas para veículos motorizados, cisternas próximas aos seus barracos, alimentadas por caminhões de pipa d'água.

. Na década de 1960, almejava-se, pelo menos, ampliar o abastecimento de água do tipo tradicionalmente existente, já que parecia difícil, naquele momento, o acesso a uma rede encanada de água e esgotos. Os favelados conseguiram, quando muito, quatro ou seis bicas novas ou a abertura de um poço, de uso coletivo, no Largo do Boiadeiro, aberto sob os auspícios do vereador Amando da Fonseca. Nesses tempos idos, grande parte do esgoto corria por valas negras a céu aberto e era comum alguns barracos possuírem fossas rudimentares. Mas, esse tipo de esgotamento, com a densificação da favela, inutilizou a utilização dos poços pela contaminação trazido aos lençóis freáticos. Mas a poluição trazida pelas condições miseráveis não atingiu apenas os poços. As lavadeiras que, nas décadas de 1940 e 1950, lavavam roupa nas

águas ainda límpidas de um riacho corrente na favela, não podiam, na década de 1970, mais fazer: o córrego tornara-se um imenso valão porco e fétido condutor dos dejetos da favela.<sup>13</sup>

No início da década de 1980, quando tiveram acesso à água encanada, optaram por um sistema de distribuição aérea de canos de PVC, muito freqüentemente pendurados no beiral dos telhados, nas lajes ou cravados com buchas plásticas nas paredes. Essa escolha foi feita por serem as construções muito próximas, os terrenos acidentados, com pouco dinheiro para obras de infra-estrutura, impedindo a danificação dos canos, ante o constante trânsito de pedestres e de cargas. Além disso, as redes aéreas apresentavam facilidades de reparos, assim como evitavam ligações clandestinas.<sup>14</sup>

Desde 1940 até, pelo menos, o início da década de 1980, o lixo era literalmente jogado a esmo nos terrenos ainda baldios. Convivia-se com a falta de coleta pública de lixo ou de qualquer padrão mínimo de limpeza urbana. Com o crescimento da favela, houve necessidade de se construir lixeiras em determinados locais. Na instauração desse último decênio, encontramos as ruas, enlameadas com amontoados de lixos, onde cães, gatos e ratos fuçavam, obrigando o transeunte a respirar um odor não muito agradável e a andar com cuidado, evitando valas, buracos, lixos e sujeiras. Pelas ruas da Rocinha, vendia-se também comida popular e barata<sup>15</sup>, com pouca preocupação com a higiene. Disso tudo, resultava um meio ambiente desfavorável à saúde pública, acarretando vulnerabilidades coletivas.

Quanto ao acesso a hospitais, recorria-se ao Miguel Couto, pois sendo público não obstava o tratamento de pobres. Durante muitos anos, os habitantes da Rocinha, com condições financeiras, também utilizaram uma clínica médica particular na Estrada da Gávea, pertencente ao Dr. Mário Dufles, que até o início do século XXI, era lembrado como um bom profissional. Com raridade, formavam-se redes de solidariedade entre médicos e pacientes, minorando o grau de vulnerabilidade de alguns. Dona Alda, por exemplo, possuía uma relação especial com um pediatra do Miguel Couto, um tal de Doutor Ovídio, o qual considerava um bom clínico, entregando a ele o cuidado de todos os seus filhos e de seus dois netos mais velhos. Essa afinidade permitiu que, por volta de 1954, quando um de seus filhos, então com oito meses de idade, teve crupe, ela, ante a gravidade da situação, tomasse a liberdade de ir da Rocinha à residência do pediatra em Ipanema, bairro nobre carioca, às duas horas da madrugada, rogar-lhe

atendimento. Vê-se, pelo conhecimento do local de residência de um clínico de um hospital público, como as conexões de solidariedade extraclasse sempre foram importantes para que alguns moradores da favela enfrentassem algumas dificuldades que poderiam ter se tornado intransponíveis.

Semelhantemente às mulheres pobres brasileiras, as da Rocinha, nas décadas de 1940 e 1950, tiveram grande prole, como, por exemplo, Dona Alda, com seus dez filhos. As grávidas, em geral, realizavam as paridelas em casa, recorrendo às parteiras residentes na favela, comumente da vizinhança, com as quais, mormente, gozavam de certa intimidade. Em casos graves e excepcionais, procuravam os médicos obstetras, em especial, do Hospital Miguel Couto. Muitas vezes, quando se desejava, juntamente com o parto, realizar a laqueadura das trompas, recorria-se, clandestinamente, a médicos particulares. Essa decisão, derradeira e corajosa, só tomavam quando, às vezes, já possuíam mais que uma dúzia de filhos.

O aborto, apesar de ser no Brasil ilegal, era uma prática muito comum entre as mulheres na Rocinha, quando ainda não se havia descoberto a pílula anticoncepcional. Algumas realizavam o móvito sozinhas e, segundo Alda Botelho, vez por outra, até com talo de couve (sic). Outras o perpetravam com “curiosas”, mas, vez por outra, com médicos.<sup>16</sup> A precariedade na saúde reprodutiva feminina, com dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública ou mesmo de informações sanitárias, acarretava-lhes vulnerabilidades, tais como morbidades, menor esperança de vida e, inclusive, mortalidade materna e infantil.

Vindos de áreas rurais, com índices de escolaridade baixíssimos, na década de 1940, eram, em especial as mulheres, analfabetos ou possuíam um mínimo conhecimento das primeiras letras e contas. A história do migrante Bernardino Francisco de Souza mostra que seu pai, um homem analfabeto, ante as possibilidades de sua parca e miserável vida rural no agreste nordestino, não via necessidade dele freqüentar a escola, já que lá a “leitura não dava comida a homem”. Então, “a primeira caneta que [lhe] [...] deram”, em sua terra natal, “foi uma enxada”.<sup>17</sup>

A geração nascida na Rocinha possuía maior escolaridade que a de seus pais. Apesar de analfabeta, dar ilustração à prole foi um valor cultivado por Dona Alda: todos seus filhos estudaram. Todavia, nenhum atingiu à universidade, variando as suas profissões de garçom a

protético.<sup>18</sup> Portanto, a educação foi vista por vários pais na favela como uma forma de oferecer aos filhos melhores condições na luta por uma maior integração ou mesmo ascensão social.

A Rocinha não deve ter conhecido a luz elétrica em suas moradias antes de 1948, quando a Fundação Leão XIII iniciou os seus trabalhos de promoção de eletrificação das favelas. Mas, inicialmente, só havia luz elétrica nas ruas, os barracos eram iluminados à luz provinda de lampiões e lamparinas de querosene ou de vela. A fuligem gerada pela combustão do querosene irritava os olhos e as narinas, assim como enodoava as paredes do barracão. Então, a Rocinha guardava ainda um pouco do ritmo de vida rural: a falta de eletricidade nos barracos estimulava que grande parte de seus moradores se recolhesse por volta das vinte horas da noite. Tendo grande parte de sua população analfabeta, a grande forma de saber as informações eram a comunicação das novidades através das conversas, já que a inexistência de luz residencial impedia também o acesso às obtidas através do grande meio de comunicação do momento, o rádio. A iluminação elétrica nas casas chegou primeiro à Estrada da Gávea e seus habitantes, portanto, muitos moradores, inicialmente, só conseguiram a energia elétrica através da cessão realizada por aqueles favelados residentes naquela estrada.<sup>19</sup>

Sendo o espaço pouco para muitos habitarem, conquistou-se o doméstico em detrimento do reservado a circulação pública. O não planejamento cartesiano de suas serventias expressou-se na relação entre o território da casa e o da rua. Dessa forma, predominam as ruelas e as poucas ruas existentes serviram para denominar micro-localidades na Rocinha: a Rua 1, a Rua 2 e a Via Ápia. São, em grande parte, estreitas, mas equivalem a artérias ante o emaranhado de ruelas, becos, caminhos capilares, tortuosamente entrelaçados, por onde fluem a vida nesse bairro-labirinto. Sendo grande parte das moradas sem numeração, para se localizar uma residência, podia-se levar, até duas horas, sendo que, às vezes, nem se conseguia, necessitando do auxílio de moradores.<sup>20</sup> A dificuldade de localização estorvava o exercício da cidadania do residente na Rocinha, pois impedia o serviço dos correios com o recebimento de correspondências e contas, mas também entravava o pedido de crédito em lojas. Viver na Rocinha era ser, para muitos, um indivíduo “sem endereço”. E não tê-lo significava não poder exercer atos simples da vida econômica, era portar sobre si uma identidade negativa que potencializava as dificuldades para superar a sua vulnerabilidade social. Porém, além disso,

apresentar a Rocinha como endereço residencial significava quase uma imediata discriminação social, então, muitos negavam-no, assumindo, por vezes, endereços de parentes e amigos “do asfalto”, ou substituíam a palavra Rocinha por São Conrado, elegante bairro contíguo. Dessa forma, as condições de vida nessa favela, não só pelo espaço desordenado e abandonado, mas também pela insuficiência de recursos financeiros advindos do trabalho, precarizavam seus habitantes, tornando-os sujeitos vulneráveis. Ou seja, toda essa comunicação é uma demonstração que a reprodução da força de trabalho era mais custosa para essa população do que para outros segmentos da população carioca.

<sup>1</sup> Agradeço a Profa. Dra. Fátima Machado Chaves (UNESA) pelas críticas ao texto e coloco meu e-mail, [silvioacf@terra.com.br](mailto:silvioacf@terra.com.br), à disposição para contatos.

<sup>2</sup> Cf. Woodward, Kathryn. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.); Hall, Stuart e Woodward, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, pp. 7-72,10; *Varal de Lembranças: Histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha/ Tempo e Presença/ SEC/ MEC. FNDE, 1983, p.18; Parisse, Luciano. 1969. *Favelas do Rio de Janeiro. Evolução – Sentido*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (CENPHA). (Caderno do CENFHA 5), p.29; Corrêa, Roberto Lobato. 2003. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil p.18, 25-26.

<sup>3</sup> *Varal*, 1983:6, cf. p. 7; cf. Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Relatório do projeto de ecodesenvolvimento. V.4: Favela da Rocinha, in: *Cadernos da FEEMA*. [Rio de Janeiro] s.d. Série Relatórios Técnicos 3180, (Mimeo), p. 4018; Zaluar, Alba e Alvito, Marcos. 1999. Introdução. In: Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, pp. 7-24, p. 9-11; Rocha, Adair. *A Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.19; Botelho, Alda Dias. *Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho* Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 19/07/2002. (mimeo e fita-cassete).

<sup>4</sup> *Varal*, 1983:37, cf. p. 38, 40; cf. Parisse, 1969:32; Valla, Victor Vicent (org.). *Educação e Favela. Políticas Públicas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, 1986, p. 34; Botelho, Alda Dias. *Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho e a Letícia Lobão Soares*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha), 6/10/2001. (mimeo e fita-cassete); Idem, 19/07/2002; Souza, Bernardino Francisco de. *Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 15/11/2002. (mimeo e fita-cassete).

<sup>5</sup> Cf. Antônio Estevão Nascimento, um vigia e motorista in *Varal*, 1983:46; Lindolfo Soares da Silva, comerciante, in *Varal*, 1983:52; cf. Botelho, 6/10/2001; Souza, 15/11/2002.

<sup>6</sup> Botelho, 19/07/2002; cf. Id., 6/10/2001; Lindolfo Soares da Silva, comerciante apud *Varal*, 1983:52.

<sup>7</sup> Cf. Botelho, 6/10/2001.

<sup>8</sup> Cf. *Varal*, 1983:6; SAGMACS. 13 de abril de 1960. *Aspectos Humanos da Favela Carioca. O Estado de São Paulo – suplemento especial nº 1 — Parte Geral*. São Paulo, p.20; Zaluar e Alvito, p. 8; Segala, Lygia. 1991. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 vs. (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social) p.33-4; Parisse, 1969:38.

<sup>9</sup> *Varal*, 1983:5.

<sup>10</sup> Cf. *Varal*, 1983:17.

<sup>11</sup> *Varal*, 1983:18.

<sup>12</sup> Cf. *Varal*, 1983:6; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23/5/1973 apud *Varal*, 1983:37; Alves, 1997:14.

<sup>13</sup> Cf. Kuschnir, Karina. 1999. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política p.23; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23/5/1973 apud *Varal*, 1983:37; Lindolfo Soares da Silva, comerciante in *Varal*, 1983:52; Francisco Eliseu Cosmo, o Chico Barbeiro in *Varal*, 1983:64; cf. Francisco Tavares Carneiro, Sr. Carneira in *Varal*, 1983:67; *Varal*, 1983:7; Botelho, 6/10/2001; Botelho, 19/07/2002.

<sup>14</sup> Cf. Segala, 1991:34.

<sup>15</sup> Cf. Castel, 1998. Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes p. 434; Botelho, 6/10/2001; Segala, 1991:33-4.

<sup>16</sup> Cf. Botelho, 6/10/2001.

<sup>17</sup> Cf. Botelho, 6/10/2001; Souza, 15/11/2002.

<sup>18</sup> Cf. Botelho, 6/10/2001.

<sup>19</sup> Cf. Parisse, 1969:127; Botelho, 6/10/2001.

<sup>20</sup> Cf. Corrêa, 2003:28.